

RESENHA/REVIEW

ROCHA, LUIZ CARLOS DE ASSIS (1998). *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, Coleção Aprender.

Resenhado por: Carlos Alexandre V. GONÇALVES
(*Universidade Federal do Rio de Janeiro*)

KEY WORDS: Morphology; Word-Formation; Generative Approach.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Formação de Palavras; Abordagem Gerativa.

Estruturas Morfológicas do Português é o título do novo livro de Luiz Carlos de Assis Rocha, professor de Língua Portuguesa da FALE/UFMG. Com apresentação de Margarida Basílio e prefácio de Clara Eleazaro, a obra – centrada nos pressupostos da Teoria Gerativa e fundamentada por bibliografia atualizada e pertinente – descreve as estruturas morfológicas do português, com especial relevo aos processos de formação de palavras.

Preenchendo lacuna bibliográfica na área, o livro pode ser tomado como importante introdução aos estudos em Morfologia Gerativa, pois, numa linguagem clara e acessível, apresenta e discute aspectos fundamentais desse campo do saber, aplicando-os à análise do português. Sem dúvida alguma, o livro passa a ser referência obrigatória nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Linguística.

Os onze capítulos que compõem o livro apresentam estrutura organizacional coesa e mantêm relação de continuidade entre si, muito embora possam constituir unidades autônomas, já que a hierarquização pode ser concebida a partir dos interesses dos leitores. Apesar da falta de exercícios que problematizassem os assuntos tratados, o livro apresenta ao lado de capítulos teóricos – partes que podem ser tomadas como guias para o desenvolvimento de pesquisas na área (cf., p. ex., capítulo 6).

No capítulo 1, o autor apresenta os objetivos básicos de uma Teoria Morfológica, dando ênfase à criação de novas unidades lexicais, e traça um breve panorama histórico da Morfologia no âmbito da Lin-

güística. Concluindo que esse campo de investigação “tem tido dias de glória e de abandono” (p. 24), Rocha discute o tratamento dado a questões morfológicas no Estruturalismo e no Gerativismo, mostrando os pontos de divergência entre esses dois modelos de análise.

Defendendo a posição de que a Morfologia deve ser vista como componente autônomo da Gramática, independente da Sintaxe ou da Fonologia, o autor justifica a orientação gerativista assumida no livro. Por isso, ao apresentar e discutir conceitos como competência lexical, regra de formação de palavras e de análise estrutural e produtividade lexical, o autor pretende não só iniciar o leitor no campo da Morfologia Gerativa, como também fornecer a ele as ferramentas básicas para a compreensão dos capítulos seguintes.

O capítulo 2 é de especial relevância para os iniciantes em Morfologia, pois, além de fazer questionamentos gerais sobre as Gramáticas Tradicionais, tece críticas específicas ao tratamento dado à sufixação nesses compêndios. Em particular, discute a confusão entre os planos sincrônico e diacrônico e a ausência de critérios para diferenciar um item lexical simples de um complexo. Com farta exemplificação, o capítulo não só sinaliza os pontos obscuros na tradição gramatical, como também apresenta possíveis soluções para os problemas.

Com o propósito de descrever a organização do vocabulário de uma língua, o capítulo 3 propõe que “o léxico mental de um falante nativo é constituído de toda e qualquer forma lingüística, desde as mais simples às mais complexas – e não apenas de idiosincrasias” (p. 77). Dessa maneira, o autor discute o *status* do léxico na Gramática, questionando severamente a idéia de que ele é lugar de irregularidades, funcionando como uma espécie de “lata de lixo da Lingüística”. Após discorrer sobre a relatividade das listas de itens e sobre a distinção entre polissemia e homonímia, o autor procura demonstrar como podem ser descritas as entradas lexicais do português.

O capítulo 4 pode ser tomado como núcleo temático do livro, pois aí são assinaladas as condições através das quais um novo vocábulo é formado e incorporado ao léxico. Apresentando as funções de um processo morfológico, o autor advoga a necessidade de distinguir as condições de produtividade das condições de produção, pioneiramente estudadas por Kastovsky (1986) e posteriormente exploradas por Basílio (1990). As primeiras envolvem o potencial de uma regra para formar

palavras potencialmente possíveis e as últimas dependem de fatores de ordem pragmática, discursiva e paradigmática.

Com base na distinção acima apresentada, Rocha faz uma análise bastante pormenorizada do comportamento da lexicalização em português, propondo uma classificação criteriosa e inovadora para o fenômeno. A diferença entre lexicalização e fossilização também é posta em pauta no capítulo, sendo a noção de RAE a peça fundamental para a distinção. No primeiro caso, tem-se irregularidade/anomalia, mas é possível uma análise por RAEs específicas, como em ‘expulsão’ (cf. RAE [[expulsar]_v -ção]_s). No segundo, ao contrário, as estruturas “não podem ser apreendidas através de RAEs, mas por análises isoladas” (p. 94), como em ‘casebre’, palavra na qual é encontrado um morfe vazio. Essa noção estruturalista aparece contemplada na análise com os rótulos ‘prefixóide’, ‘sufixóide’ e ‘basóide’, elementos responsáveis pela fossilização de palavras e, conseqüentemente, por condições não-ideais de isolabilidade das bases ou dos afixos.

A apresentação dos processos de formação de palavras, com especial relevo para a sufixação, é dada no capítulo 5. O autor mostra que a derivação sufixal “é, sem dúvida alguma, o processo de formação de palavras mais rico e diversificado em português”(p.97) e, por isso, é o mais empregado pelos falantes.

Fixando a distinção entre base, raiz e radical, Rocha assinala o que se entende por sufixação em Morfologia Gerativa e apresenta os problemas decorrentes desse conceito. Estabelecendo uma tipologia para os sufixos do português (homófonos, concorrentes, categoriais, alomorfêmicos, significativos, produtivos, improdutivos e sufixóides), o autor revisita os conceitos de padrão sufixal e de nominalização, amparado no trabalho pioneiro de Basílio (1980).

O capítulo 6 sugere um modelo de análise para trabalhos que possam ser desenvolvidos em cursos de Morfologia Gerativa. Trata-se da descrição das construções X-eiro em português, analisada sob o viés da distinção entre produtividade e produção.

Apesar de tecer comentários bastante cuidadosos sobre os vários tipos de restrição à regra de formação de substantivos ou adjetivos em -eiro, distinguindo tipos de bloqueio (paradigmático, homofônico, heteronímico e paronímico), o autor não discute a competição, existen-

te no léxico português, de várias regras produtivas na formação de agentivos denominais referentes a profissões/ofícios. Nesse sentido, a questão do bloqueio paradigmático, tal como formulada em Basílio (1980), parece pouco explorada no capítulo, uma vez que -eiro está em distribuição complementar com -ista, -ário e -o/a.

Ao que parece, os sufixos agentivos denominais expressam um *continuum* que tem início em atividades de caráter mais intelectual, mais abstrato, mais teórico e mais profissional. À medida que se avança na escala, aparecem profissões de natureza mais artesanal, mais concreta, mais prática e mais amadora. À esquerda do *continuum*, parecem figurar formações como ‘psicólogo’, ‘antropólogo’ e ‘geriatra’, cujos elementos finais (e a acentuação) se afixam a bases abstratas (quase sempre compostas por radicais gregos e/ou latinos) para formar agentivos que designam profissões que requerem grande conhecimento teórico-científico. Seguem-se a essas, profissões como ‘paisagista’, ‘oftalmologista’, e ‘romancista’, formadas a partir de bases concretas ou abstratas para fazer referência a especialidades que também exigem conhecimento teórico ou atividade intelectual. As construções X-eiro estariam no final dessa escala, denominando profissões de caráter mais prático que teórico, mais artesanal que intelectual, com pouco ou nenhum tipo de conhecimento técnico-científico (cf. ‘coveiro’, ‘sorveteiro’, ‘pedreiro’ e ‘sapateiro’, entre outras).

Estando os quatro formativos em distribuição complementar – decorrente de uma escala gradual de *status* social da atividade – caberia observar, portanto, que especificações semânticas estariam atuando nessa gradiência e observar que determinadas construções em -eiro estariam sendo bloqueadas pela rivalidade, no léxico, de regras afins.

Apesar desse comentário – que de forma alguma diminui o mérito da obra, o capítulo se faz realmente útil aos iniciantes em Morfologia Gerativa, que podem contar com um valioso itinerário de pesquisa para elaborar futuros trabalhos acadêmicos na área (monografias ou mesmo Dissertações e Teses).

Seguindo o modelo de análise apresentado no capítulo 4, o autor aborda, no capítulo 7, as características gerais da derivação prefixal. Nesse particular, discute problemas encontrados no tratamento da prefixação e resolvidos de modo pouco consistente nas descrições normativas ou estruturalistas.

A fim de demarcar fronteiras entre prefixação e composição, o autor propõe – revisitando Mattoso Camara Jr. (1964) – que “entradas lexicais distintas, que apresentam funções diferentes, formam palavras diferentes” (p. 152-3). Por isso, itens como ‘sobreviver’ e ‘conviver’ envolvem prefixação, pois, embora ‘sobre’ e ‘com’ funcionem como palavras em português, não apresentam raiz, sendo caracterizadas como formas dependentes. Logo, segundo o autor, “‘sobreviver’ não é um vocábulo composto, por apresentar apenas uma raiz” (p. 153).

O capítulo 8 é reservado ao estudo de processos de formação de palavras menos produtivos que as derivações sufixal e prefixal em português. Com o mérito de incorporar à descrição desses processos resultados advindos de pesquisas recentes na área (cf., p. ex., Gamarsky (1984) sobre a derivação regressiva; Basílio (1987) sobre a conversão); e Sandmann (1992) sobre a composição), o capítulo apresenta uma visão completa e atualizada sobre as diversas estratégias utilizadas para enriquecer o léxico do português.

No capítulo 8, especial relevo é dado à siglagem, considerada derivação pelo autor. Além de uma tipologia bastante esclarecedora para o fenômeno, Rocha delimita esse processo frente ao que chama de truncamento. Para ele, a função discursiva, proposta e descrita em Basílio (1987), aparece como elemento diferenciador, pois “a forma estendida pertence, via de regra, a um discurso neutro, ao passo que a forma contracta está relacionada com a linguagem coloquial ou mesmo gíriática” (p. 184). De fato, acrônimas como ‘PT’ ou ‘CPI’ parecem neutras quanto à modalidade discursiva, enquanto truncamentos como ‘portuga’ e ‘madruga’ revelam mudança de nível estilístico.

Os capítulos finais (9, 10 e 11) constituem refinamento de outra investida do autor no campo da Morfologia Gerativa. Trata-se do livro *Flexão e derivação em português*, editado em 1994 pelo Núcleo de Assessoramento à Pesquisa da FALE/UFMG (NAPq), na série CADERNOS DE PESQUISA.

Procurando fixar a distinção entre Regras da Derivação e Regras da Flexão, o capítulo 9 rediscute os critérios apresentados por Mattoso Camara Jr. (1970) para caracterizar a flexão: regularidade, concordância e obrigatoriedade. Com base em Anderson (1992), o autor propõe que a Morfologia Flexional constitui parte do componente morfológico que atua na interface com a Sintaxe e, por isso, define flexão “como

sendo um Mecanismo Lingüístico (MLF), em que a Morfologia e a Sintaxe interagem” (p. 208).

Assumindo a posição de Anderson (op. cit.) – segundo a qual uma palavra apresenta, além de sua estrutura formal, uma representação morfossintática, sendo esta o único aspecto da palavra visível à Sintaxe – Rocha conclui que o português apresenta somente seis categorias flexionais: o número, nos nomes, e o tempo, o modo, o aspecto, a pessoa e o número, nos verbos. Para corroborar essa idéia, empreende, nas partes finais do livro, uma descrição sobre o gênero do substantivo em português (capítulo 10) e sobre o grau e o aspecto (capítulo 11).

No que diz respeito ao gênero, Rocha observa que essa categoria deve ser caracterizada como mecanismo lingüístico controlado ao mesmo tempo por regras morfológicas e sintáticas. Por isso, assinala as diferenças entre a expressão do número e a expressão do gênero em português, mostrando que, embora possam ser considerados fenômenos idênticos em algumas situações, “o gênero apresenta (...) características que o distinguem do número” (p. 209). Inventariar esses aspectos é, pois, meta fundamental do capítulo 10.

Amparado nos conceitos de produtividade, concordância e regularidade, Rocha conclui (p. 216-8) que o gênero é um mecanismo lingüístico complexo “sobre o qual atuam regras sintáticas de concordância, regras morfológicas da derivação (sobre o substantivo) e regras morfológicas da flexão (sobre o substantivo e sobre os determinantes” (p. 219). Dessa forma, reitera o ponto-de-vista de Sandmann (1991), segundo o qual o morfema que indica gênero nos substantivos é de natureza derivacional, diferindo, portanto, do morfema de gênero nos adjetivos que, sendo flexão, “é traço gramatical, não tem força semântica e é inserido em sua estrutura de superfície” (cf. Sandmann, 1991: 41).

Examinando o comportamento do grau e do aspecto em português e aplicando a definição de regra flexional apresentada no capítulo 9, Rocha conclui, no capítulo 11, que o grau não pode ser considerado mecanismo flexional “pelo fato de não envolver regras sintáticas, mas apenas morfológicas” (p. 228). O aspecto, ao contrário, por ser fenômeno regido ao mesmo tempo por regras morfológicas e sintáticas, deve figurar entre as categorias flexionais verbais do português, ao lado do tempo, do modo, da pessoa e do número.

Por ter sido escrito de modo claro e consistente, por apresentar bibliografia farta e bastante atualizada na área e por aplicar os pressupostos teóricos da Morfologia Gerativa à nossa língua, *Estruturas Morfológicas do Português* passa a ser livro de leitura obrigatória a todos aqueles – iniciantes ou iniciados – que se dedicam ao estudo do componente morfológico das línguas.

Discutindo pontos fundamentais no estudo da Morfologia do português brasileiro, com concentração na área de formação de palavras, o livro tem ainda o mérito de colocar à disposição do leitor diferentes posições sobre os vários temas abordados, o que permite que iniciados e iniciantes na área tenham uma visão ao mesmo tempo abrangente e polêmica das estruturas morfológicas do português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, S. (1992). *A – Morphous Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BÁSILIO, M. (1980). *Estruturas Lexicais do Português*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1987). *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática.
- _____. (1990). Produtividade e função do processo de formação de palavras do português. *Anais do Congresso Internacional da Associação de Lingüísticas e Filologia da América Latina*. Campinas: ALFAL, 9 (1): 1-9.
- GAMARSKI, L. (1984). *A Derivação Regressiva: um Estudo da Produtividade Lexical em Português*. Tese de Doutorado em Lingüística. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Letras, mimeo.
- MATTOSE CAMARA JR., J. (1964). *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 2a. ed., Rio de Janeiro: Ozon.
- _____. (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- KASTOVSKY, D. (1986). The problem of productivity in word-formation. *Linguistics*, 24 (1): 585-600.
- ROCHA, L. C. DE A. (1994). *Flexão e Derivação em Português*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, série *Cadernos de Pesquisa*.
- SANDMANN, A. J. (1991). *Morfologia Geral*. São Paulo: Contexto.
- _____. (1992). *Morfologia Lexical*. São Paulo: Contexto.

(Recebido em maio de 1999; Aceito em junho de 1999)